

CPI - GOLPES COM PIX E CLONAGEM DE CARTÕES

22.11.2023

* * *

- Abre a reunião o Sr. Itamar Borges.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Boa tarde a todos. Peço desculpas pela voz. Os cabelos são os mesmos, mas a voz... Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 161, com a finalidade de investigar os golpes envolvendo subtração de valores por meio de fraudes através das transferências eletrônicas, principalmente via pix e clonagem de cartões de débito e crédito, tanto pela questão da defesa do consumidor quanto pela segurança pública, posto que tais fraudes podem servir para financiar o crime organizado.

Registro a presença da deputada Maria Lúcia Amary, nossa vice-presidente desta CPI. A presença do deputado Altair Moraes, relator desta CPI. Também a presença do deputado Alex da Madureira e do deputado Rômulo Fernandes, membros desta CPI.

Nós temos hoje na nossa pauta a oitava do Ministério Público. O Ministério Público designou para estar aqui o Dr. José Carlos Cosenzo e o Dr. Marcelo Luiz Barone, ambos atuando no mesmo intuito. O Dr. Marcelo Luiz Barone é quem domina o assunto e que está hoje aqui representando o Ministério Público tendo em vista uma enfermidade que o Dr. Cosenzo teve hoje, nem conseguiu vir para São Paulo - e justificou -, porém o palestrante nosso, quem será ouvido, será o Dr. Marcelo Luiz Barone, que eu convido para compor a Mesa e sentar-se aqui ao meu lado.

Também registramos que o Dr. Pedro Iokoi, que foi deliberado e aprovado por esta comissão para nos acompanhar nas oitavas, teve um imprevisto de atividade, audiência de seu escritório, pediu para justificar e encaminhou algumas sugestões de perguntas se necessário for. Está aqui também o seu colaborador, sócio do escritório, Dr. Caio Fonseca, que nos acompanha na extensão da Mesa juntamente com o Dr. Renato Kim Barbosa, que eu peço para que coloque mais uma cadeira aqui para que o Dr. Renato e o Dr. Caio possam se sentar aqui e compor a Mesa junto com a gente.

Antes de passar a palavra para o nosso palestrante, eu quero pedir aqui ao nosso relator - pedir não, sugerir -, deputado Altair Moraes, acredito que o Dr. Barone possa também conduzir de alguma forma, e a sua equipe e a secretaria desta CPI.

Acredito que todos tenham acompanhado, eu peguei uma parte, depois daquele vexame da Seleção Brasileira de ontem, o “Profissão Repórter”, da TV Globo, fez ontem uma edição muito importante sobre esse tema, achei de muita valia, falando de questões do Brasil e de São Paulo, que são golpes que ocorrem tanto no 0800 como na clonagem de cartões como nas questões do golpe do pix.

Foi muito abordado tudo isso. Eu creio que a cópia desse vídeo, que eu peço que a comissão possa extrair e se possível descrever os pontos importantes, para que possa contribuir com o relator dentro de alguns temas que já são providências existentes, às vezes não em São Paulo, mas em outros locais, ou mesmo às vezes que possam contribuir para a conclusão desta comissão.

E já adianto que nós estamos programando para o dia 5 de dezembro a apresentação do relatório do relator desta comissão, deputado Altair Moraes, concluindo assim a nossa atividade neste sentido. Solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Pela ordem, deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Solicito que dispensasse a leitura da Ata, se for possível.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - É regimental. Havendo concordância dos demais colegas, fica dispensada e aprovada a Ata da reunião anterior. Com a palavra então o nosso representante do Ministério Público do Estado de São Paulo, para falar sobre o tema, Dr. Barone.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Srs. Deputados, deputado Altair, meu amigo também, conhecido já. Deputado Itamar, obrigado pela oportunidade de estar falando sobre essa questão tão importante.

Eu, que atuo na área criminal há 37 anos mais ou menos. Fui delegado do DHPP, Departamento de Homicídios, quando eu tinha 22 anos de idade e, com 26 anos, ingressei no Ministério Público e trabalho no criminal até hoje, nunca me afastei da área criminal, e recentemente tenho verificado e pego vários casos de sequestro com pix.

A gente tem conseguido aí grandes condenações, os criminosos mais ou menos na faixa de 19/18 anos e estão conseguindo condenações de 25 anos, 26 anos, sendo que a lei permite que eles, nesse caso, com o crime cometido com o emprego de armas, têm que cumprir 50% da pena. Então, essa molecada não está entendendo que o crime, neste tipo de crime, a pena está ficando maior até do que homicídio, porque junta o crime primeiro de roubo e depois o de extorsão.

E o que tem acontecido é o seguinte: infelizmente as pessoas fornecem contas. Nas comunidades, existem verdadeiros bancos, que eles chamam... As pessoas oferecem 500 reais, 600 reais, para que essas pessoas forneçam a conta e assim eles fazem as transferências para várias contas diferentes.

Só que essas pessoas que estão fornecendo as contas também estão entrando como partícipes da extorsão qualificada e do roubo e pegando penas de 20, 30 anos. Isso nos preocupou bastante. Por quê? Porque a gente percebeu que ninguém estava tomando uma providência efetiva e essa questão do pix estava atormentando todo mundo.

A minha primeira preocupação, a minha primeira investida, foi contra a Febraban. Fui até um pouco, talvez, agressivo com eles na primeira reunião. Eu tirei um pouco o pé em relação à Febraban quando eles me disseram o seguinte: “Olha, nós somos aqui, se não me engano, cento e poucos, e tem 900 instituições que trabalham com pix. E nós fazemos tudo certinho, nós queremos que a coisa funcione. Só que as outras instituições - bancos digitais e tudo mais - não estão preocupados com isso”.

Fizemos reuniões com o Banco Central. Cheguei a fazer duas reuniões com o Banco Central, com o pessoal de segurança do Banco Central, só que efetivamente o Banco Central não quer avançar no assunto. E em uma dessas reuniões, deputado, eu falei para eles o seguinte...

Porque o atual delegado-geral, Dr. Artur, a gente conversou bastante sobre isso, o Dr. Artur é meu amigo também de longa data, foi meu aluno no CSP - o Curso Superior de Polícia -, e com o Dr. Artur eu falei: “Artur, do que nós precisamos para resolver o problema do pix, para ajudar a polícia?”. Ele falou: “Nós precisamos da geolocalização na hora que a pessoa usa o pix. Essa geolocalização vai fazer com que a polícia, avisada

por alguém, vá até lá e consiga pegar o sequestrador e a pessoa que está sendo mantida em cativeiro”.

Pois bem, insisti com o Banco Central: “Olha, está simples de resolver a situação. Façam a geolocalização que vai resolver o problema, pelo menos nos dá uma segurança para a gente poder trabalhar contra esse tipo de crime de forma melhor, que a polícia vai trabalhar melhor”.

O rapaz da segurança, acho que não deram muita bola para o que a gente estava falando, falou assim: “Não, a gente não pode obrigar a pessoa a dar a geolocalização, porque isso vai ferir a privacidade dela. A gente não pode obrigar essa pessoa a fornecer a geolocalização”.

Aí o pessoal da Febraban falou: “Mas essa geolocalização é uma informação sigilosa, ninguém vai divulgar. Exceto se houver um sequestro é que vai ser divulgada, porque a família vai ligar e falar: ‘Olha, meu parente está sequestrado faz dez dias’ ou: ‘Faz 24 horas que ele não liga’, aí sim traria a geolocalização para ajudar onde era o cativeiro”.

“Ah, mas a gente não pode obrigar”. Mas aí eu pensei e falei: “Mas o senhor obrigou a gente a ter pix. Por que vocês podem obrigar a gente a ter pix e a gente não pode obrigar vocês a fornecer a geolocalização?”. Porque, deputada, a senhora tem pix. Mesmo que a senhora não use, o pix está obrigatoriamente instalado lá no seu banco. E eu falei para eles: “Vocês obrigaram a gente a ter pix. Com ordem de quem? Com ordem de quem o Banco Central obrigou a gente a ter pix?”.

Quer dizer, se eu quiser falar: “Eu não quero ter pix”, eu não posso. E ao mesmo tempo, eu falei: “Eu quero a geolocalização”, mas aí eles ficaram com medo de obrigar todo mundo a fazer geolocalização.

Eu sei que avancei, tentei reuniões com eles. O deputado federal Palumbo tem um projeto em Brasília também em relação a essa questão do pix, eu conversei com o deputado. Existe aí uma questão, que também foi dita nas reuniões, que em Londres eles obrigam os bancos a se responsabilizarem por qualquer atividade que não for feita pelo cliente, e o banco é obrigado a ressarcir a vítima.

Eu tenho uma vítima de furto, que é uma funcionária do MP, que, furtado o celular dela, eles o abriram - o banco garante que eles não conseguem sem a senha; eles conseguem -, fizeram financiamento... Não fizeram pix, mas fizeram um financiamento em nome dessa moça, e essa moça está pagando o financiamento dos bandidos.

Eu tenho um caso recente em que dois trabalhadores, pessoas simples e humildes, foram comprar um automóvel. Chegando lá, era um assalto, um roubo. Levaram para o cativeiro. Chegou ao cativeiro, eles os obrigaram a fazer financiamento e pix. A gerente ligou para o celular da vítima, falou com o criminoso e autorizou o financiamento em nome do criminoso. E esse rapaz está pagando o financiamento no nome dele e não consegue... Porque o Judiciário, por sua vez, está dizendo o seguinte: “Não posso. Foi autorizado e não estão cancelando esses financiamentos”.

Então alguma coisa nós precisamos fazer. Tentei, avancei, fui à Febraban, fui ao Banco Central, tentei fazer o que pude dentro da minha esfera de competência como promotor criminal, mas é importante que os Srs. Deputados tomem a frente dessa atitude, porque o pix...

E eu falei para o rapaz do Banco Central: “A culpa do pix é do senhor. A culpa do assalto, dos criminosos terem aumentado, é do senhor”. “Doutor, como o senhor fala um negócio desses? O pix democratizou as instituições. Uma pessoa simples hoje faz um pix”. Falei: “A culpa é sua. Vocês criaram um mecanismo e não pensaram nas consequências. Vocês não criaram sistemas de segurança. Vocês não criaram uma forma de impedir que o criminoso levasse vantagem em cima do cidadão de bem”.

E hoje o cidadão... Não é rico, qualquer pessoa é vítima de roubo e extorsão. Levado para cativeiro hoje, eu cheguei a ponto de ter dois, por semana, sequestros com cativeiro, coisa que eu não via desde 2001, quando nós tivemos aquela febre de sequestros em São Paulo, que todo mundo era “sequestrável” por conta do que estava acontecendo naquela época.

Eu me lembro até que - com o pessoal do DAS eu tinha amizade - até marceneiro era sequestrado. Um marceneiro que até fez as divisórias para o DAS depois, de graça, deu de presente para o DAS, porque eles conseguiram resgatar um marceneiro que tinha sido sequestrado naquela época. Eu não via isso desde 2001.

Realmente, se a gente não fizer alguma coisa, se a gente não tomar uma providência, nós vamos viver uma situação calamitosa. Já estamos vivendo, mas é necessário que a gente tome uma atitude. Por quê? Porque as autoridades que têm o poder de fazê-lo não estão fazendo. Talvez por questões financeiras, talvez por questões econômicas, mas não estão fazendo o que deveriam fazer, e o cidadão está à mercê dos bandidos nesta situação.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Só um segundo para registrar a presença do deputado Luiz Claudio Marcolino, membro desta comissão. Desculpe, doutor.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Não, é... Basicamente, eu até não quero me estender, fico aí disposto se precisarem de uma pergunta, o que a gente tem visto, eu tentei, o que eu falei: é necessário que esta comissão chame os representantes do Banco Central, porque me parece que, nessa história, o Banco Central tem a sua responsabilidade.

A Febraban... Conversei com pessoas do Itaú, Bradesco, Santander, todas essas instituições têm vários sistemas de segurança que querem nos ajudar, que querem fazer. Quem não quis nos dar a devida atenção foi o Banco Central. O Banco Central não quis realmente nos dar a devida atenção.

E eu acho que a única solução seria a responsabilização dos bancos por todas as movimentações feitas, principalmente quando a vítima está sequestrada. Ela não tem condições de estar manifestando uma vontade quando ela tem um revólver na cabeça. Então nós temos que ter alguma proteção para essa vítima, né? E é isso que eu sugiro.

A geolocalização ajudaria muito. Se os Srs. Deputados, se a gente conseguisse, com esta CPI, a geolocalização no momento em que o sujeito usa o celular para o pix, isso já seria um avanço. Não só a geolocalização: é necessário, deputado Altair, que tivesse um link direto com a polícia, para que a polícia, tendo a notícia da vítima desaparecida, da vítima que foi levada e alguém, algum parente, comunicasse a polícia, imediatamente qualquer pix a polícia saberia onde é o cativo.

E o mais engraçado dessa história é o seguinte, deputado: quando se fala em usar o Waze, ninguém reclama. Todo mundo usa o Waze. O Waze é a geolocalização, é o que se precisa quando se usar o pix. Esse é o ponto que a Polícia Civil tinha me trazido como uma reivindicação e é o que eu trago aos Srs. Deputados. A geolocalização resolve... Não resolve todo o problema, mas ajuda a resolver uma boa parte do problema.

E fora isso, eu acho que a responsabilização, no momento em que a vítima está em cativo, ela não pode ser obrigada a fazer uma transferência ou fazer... Eu tenho um outro caso - e até posso relatar vários casos, deputado - de que um rapaz estava em cativo, abriram a conta com ele, ele tira aquela foto para abrir a conta, os bandidos tiram a foto dele, abrem a conta, fazem empréstimos em banco, abrem outra conta, fazem

a transferência de uma conta para outra... Coisas absurdas em que os bancos autorizam de uma forma muito simples.

E isso está prejudicando... Existem pessoas aí perdendo milhões. Teve casos em que não satisfeitos, quando não conseguiam fazer, que o sujeito mantinha o celular em casa, eles iam na casa e terminavam como um roubo mais grave ainda, obrigando a vítima a... Teve até um deputado que sofreu aí recentemente uma violência nesse sentido.

Então é necessário que a gente e nós, como autoridades, como pessoas que trabalhamos com essa área, tomemos alguma iniciativa para que os bancos passem a ter a sua responsabilidade. É importante que eles tenham a sua responsabilidade também, porque senão a gente não vai mais conseguir andar em São Paulo. Se alguém quiser perguntar, eu estou à disposição.

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Dr. Barone, eu agradeço. Já quero registrar que eu consulto já sobre as inscrições de perguntas. Deputado Rômulo, deputado Marcolino, permitem-me colocar uma pergunta aqui? Com a sua concessão também, deputado relator.

O senhor citou aí uma contribuição no sentido de buscarmos alguma forma de geolocalização, enfim, nessas operações. É um ponto a ser colocado. A contribuição que nós queremos pedir também é de que forma o senhor nos propõe? Com uma legislação estadual? Com apoio a esta do Delegado Palumbo? Eu não conheço o conteúdo dela.

Não sei se tem alguma propositura de legislação do Ministério Público lá em Brasília nesse sentido e se tem alguma proposta específica a mais do Ministério Público - de legislação ou de medidas que a Secretaria da Segurança, o próprio Ministério Público pudesse tomar - para aprimorar e também fortalecer essa resposta legal a esses crimes cibernéticos.

Eu considero aqui que vocês devam ter algum tipo de situação em que o Ministério Público se envolveu e que tenha algum resultado que possa ser colocado para nós. E por fim informo que já passou por aqui, estamos concluindo hoje as oitivas para dia 5, deputado Luis Claudio Marcolino, o deputado Altair apresentar o relatório conclusivo aqui desta CPI.

Mas ouvimos aqui desde o Dr. Pedro Iokoi inicialmente, que foi convidado na sequência para acompanhar hoje, aqui representado pelo Dr. Caio; Banco Central;

Procon; Departamento de Crimes Cibernéticos da Polícia Civil; o Centro Integrado de Inteligência da Polícia Civil; a Febraban; a Abecs, que é a Associação dos Cartões de Crédito; o WhatsApp; e também ouvindo o senhor hoje aqui, além das informações e contribuições que foram dados pelos deputados e pela própria propositura e pedido de abertura desta CPI.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - É, na verdade é o seguinte: eu entendo aqui que o Banco Central tem uma ferramenta importante. Por quê? A Febraban, como eles disseram - e até o deputado está dizendo que eles já estiveram aqui -, tem uma parte só do pix.

Foi o que eles falaram para a gente: “Nós temos cento e poucos bancos que participam da Febraban, mas temos 900 instituições que usam o pix”. Então não adianta a gente ficar com essa só se a gente não tomar uma atitude em todas. Só que quem regula o sistema é o Banco Central. O único que pode determinar que todo mundo seja obrigado a fazer alguma coisa é o Banco Central.

Então a minha briga, quando a gente fez essas reuniões com a Febraban e com o Banco Central, foi com o Banco Central, porque eu acabei verificando o seguinte: a Febraban tem o seu limite de atuação, mas se o Banco Central não normatizar e não obrigar... Porque o Banco Central fiscaliza também. Se o Banco Central não fiscalizar, não vai resolver.

Agora, dentro do Ministério Público, a gente precisaria estar com o Ministério Público Federal também para atuar junto ao Banco Central, para atuar com uma ação civil junto ao Banco Central. Desconheço que haja alguma ação nesse sentido. Descobri do deputado Palumbo nessa reunião, que eu acabei descobrindo do deputado Palumbo, e tomei o cuidado de ligar para ele para que a gente pudesse avançar nessa conversa, né?

Ele tem um projeto que fala da geolocalização, lá ele tem um projeto de lei que fala da geolocalização. Agora, eu até sugeri a ele o seguinte: contei a história de Londres, do Reino Unido, que tem a obrigação dos bancos serem responsabilizados civilmente por danos às vítimas. Então no meu modo de ver, no meu modo de pensar, depois de tudo que eu conversei, depois de tudo que eu fiz...

Em relação à legislação penal, deputado, a nossa legislação penal não é ruim em relação a esse tipo de crime, porque essa molecada nova está entrando hoje com 18 anos e vão sair com uns 35 anos da cadeia, porque a pena nesse tipo de crime é alta. Juntam-se os dois crimes, roubo e extorsão, e além de tudo o cumprimento da pena é de 50%,

porque é crime praticado por emprego de arma. Essa foi uma inovação do pacote anticrime, que ajudou bastante agora.

Então na parte criminal, eu não acho que esteja ruim a punição. O que nós precisamos mesmo é de uma atuação mais efetiva na esfera administrativa, porque o Banco Central podia resolver esse problema da geolocalização em cinco minutos. Bastava que o presidente do Banco Central baixasse uma determinação, uma resolução que resolvesse isso. E além do quê, não precisaria nem do projeto de lei do deputado Palumbo, que está lá em Brasília tramitando lá, mas não sabemos nem em que pé está esse projeto, né?

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Antes de passar para o deputado Rômulo, deputado Altair, apenas como sugestão que, além do pedido de providências ao Banco Central, acho que é importante também um pleito junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo deste relatório, para que ele seja proponente, como disse o Dr. Barone, de uma eventual ação civil pública contra o Banco Central a pedido da Alesp e por análise e decisão, claro, do Ministério Público, para que possa então também incorporar nesse... Fica apenas como sugestão comprando aqui a ideia do Dr. Barone. Deputado Rômulo Fernandes.

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - Obrigado, nosso presidente Itamar. Cumprimentar o Dr. Barone e todos os deputados que estão aqui. Primeiro, queria dizer de uma certa frustração que a gente também tem, viu, Dr. Barone? Porque quando foi proposta esta CPI, a ideia era exatamente: como a gente ajuda as pessoas?

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Sim.

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - Como a gente consegue que isso não aconteça? Eu acho que esse é o grande objetivo desta CPI. Não é simplesmente descobrir a forma, mas é como a gente evita. E a fala do senhor foi meio frustrante, porque isso, de uma certa forma, desanima, mas ao mesmo tempo diz o seguinte: “Olha, a gente tem uma tarefa a cumprir”. Então isso para mim é bastante interessante, eu fiquei... Porque é uma indústria. Há uma indústria de abertura de conta.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Sim.

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - É uma coisa impressionante. A gente já tem falado com algumas pessoas que têm vindo aqui da corresponsabilidade. Como é que pode uma pessoa, o exemplo que o senhor deu aí do telefone, abre uma conta em dois minutos, que eles chamam de - não sei o nome técnico - fintech, sem comprovação nenhuma, um fantasma, digamos assim? Isso nos assusta demais.

Então eu acho que o grande objetivo aqui é tentar evitar esse tipo de situação. E quando a gente escuta o senhor falando, eu falei: “Pô, a gente tem que correr e muito atrás disso, muito atrás disso”. Eu queria, antes de fazer a pergunta, fazer esse comentário, que é o grande objetivo que a gente tem, que é ajudar a vida das pessoas.

O senhor falou do exemplo de Londres, que parece... Eu queria saber se vocês têm outros exemplos em outros países, se houve algum estudo para a gente tentar pegar outras alternativas, outras experiências em que isso não aconteça e se por acaso não tenha isso, eu acho que a gente tem que dar um jeito de tentar descobrir.

Porque não dá para admitir as pessoas não serem responsabilizadas, o banco não ser responsabilizado, o banco não ser coautor do crime, porque senão fica muito fácil. A gente é testemunha disso. Todo mundo tem um exemplo aqui para contar, né?

E se há outra pergunta é se existe uma estrutura no Ministério Público para fazer isso, se você tem alguma estrutura diferenciada sobre esse tema, a questão desses golpes aí de pix, dessa forma. Se existe uma estrutura diferenciada ou um grupo específico para acompanhamento disso, essas são as duas perguntas que eu queria colocar.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Deputado, obrigado aí pela pergunta. Eu digo o seguinte: na Promotoria Criminal, eu entendo, no meu modo de ver, que em alguns casos isso... Porque se a gente for pensar, vários desses golpes... Eu vou começar pela última para depois ir subindo.

A gente precisa estruturar melhor a nossa Promotoria de Crime Organizado, porque, para mim, isso é crime organizado. Para mim, é crime organizado. Só que cada promotor tem atuado individualmente em seus casos. A gente não tem atuado isso de forma organizada na Promotoria do Crime Organizado.

Eu até discordo, eu acho que a Promotoria do Crime Organizado deveria atuar nessa área. Em alguns casos, a gente tentou encaminhar para lá, mas eles acabaram dizendo: “Não, mas aqui não é crime organizado, não foi nosso...”. Eu até acho que precisa haver uma sugestão de uma... Talvez o procurador-geral teria que investir mais na Promotoria

do Crime Organizado, porque eu atuo nesses casos com as minhas forças lá e consegui condenar vários, vários. Não foi um, nem dois, nem três: condenei vários crimes desses. Mas eu tenho esses e mais 500 para atuar. Então não são só esses casos.

Claro que se a gente tivesse uma atuação específica nesse sentido, seria melhor, mas a gente não está fazendo isso na Barra Funda. Não vou aqui defender, porque nós não estamos atuando no crime organizado só nesses crimes. Pelo contrário, existe a Promotoria do Crime Organizado, ela atua, mas ela não tem atuado nesses casos de pix e sequestros. Cada promotor tem sido o herói da sua atuação e ele fazendo sozinho e condenando e atuando.

Em relação a outros países que tenham, eu desconheço, realmente não tenho... Eu acho que a responsabilização civil do banco existe, só que ela demanda um processo muito longo. E é aquela história: a gente já percebeu que o banco, dependendo da vítima, não vai questionar. Mas se for aquele coitadinho igual aos eu tive lá, deputado, um senhor, dois trabalhadores...

Eu cheguei para a minha juíza e falei: “Vamos fazer alguma coisa por esses dois. Sabe o que nós vamos fazer? Nós vamos mandar um ofício para o banco querendo saber qual é o nome da gerente que autorizou o financiamento, por que ainda está sendo pago pela vítima, para ver se o sujeito se intimida um pouco, se o banco, pelo menos, volta atrás e cancela o financiamento desse sujeito”.

Porque eu também não tenho atuação na esfera cível. Eu teria que entrar com uma ação civil para impedir, para não pagar mais. Mas eu falei: “Vamos tentar ajudar essa pessoa, porque eu realmente fiquei com muita pena do sujeito. O sujeito está pagando o financiamento dos bandidos”. Quer dizer, os bandidos fizeram o financiamento, e ele está pagando. E ele, sequestrado, faz a abertura de um financiamento em nome dele.

O banco vem e garante: “Olha, ninguém consegue abrir a senha do computador”. Mentira, é mentira do banco. Qualquer um entra na senha. Eu já peguei casos desses que quebram o celular, eu conversei com o bandido, ele falou para mim: “Doutor, em cinco minutos está na mão do hacker. Está cinco minutos na mão do hacker, ele faz qualquer coisa. Ele inclusive entra na senha, ele tem a senha”.

Então a gente precisa ser mais proativo. Está na hora da gente ser proativo. Eu acho que o Ministério Público tem que atuar de forma mais organizada nesse crime, né? Eu atuo... É que eu estou há muito tempo na Barra Funda, deputado, eu estou há 21 anos, então para mim não tem terror para nada. Não precisa ser o promotor do crime organizado, organizado sou eu, eu vou e faço o que se precisa fazer.

Então eu nem mando mais, nem mando. Eu vou mandar para quê? Faço eu, entendeu? Mas a gente precisava estar mais organizados para combater. A polícia tem melhorado muito. Eu vou falar que eu tenho visto, eu vi o pico e eu vi diminuir um pouco, porque realmente a polícia tem prendido, tem prendido muita gente e tem atuado e tem feito... A polícia está trabalhando bem nesses casos.

Mas também a polícia distrital não consegue avançar muito, precisaria que o Deic entrasse nessa investigação, porque só o distrito... A PM tem feito um trabalho brilhante também. Temos aqui que elogiar a Polícia Militar.

A Polícia Militar é a que mais atua nesses casos de pix, porque na verdade eles conseguem pegar... Eles ficam rodando - e isso é uma tática da Polícia - e quando surge a notícia, alguém vem e fala: “Uma vítima foi sequestrada”, eles começam a rodar no bairro, os bandidos se apavoram e eles acabam estourando um cativeiro ou outro, eles têm conseguido prender muita gente assim. E isso acaba ajudando.

Só que muitos deles são de molecada que rouba moto e foi partir para esse negócio de pix também. Então é muito moleque fazendo isso. Hoje qualquer moleque de 18/19 anos está entrando nessa do pix achando que está abafando. Eles só estão caindo do cavalo quando sai a pena deles, porque acham que vai dar apenas cinco anos e quatro meses, que era a pena do roubo, que é pena reduzida, mais, e eles estão caindo com pena de 25, 23, 24, depende do juiz.

Então a gente precisa se organizar mais. E até no Ministério Público - faço aqui a mea-culpa no MP -, eu acho que a nossa Promotoria do Crime Organizado poderia estar atuando mais nisso. Nós temos um grupo lá de Segurança Pública que tem atuado, mas não no processo. Eles têm atuado nessa questão de conversar com os bancos, foi instaurado lá um procedimento, mas é muito lento, é muito lento. A gente precisa ter uma coisa mais ativa.

Eu, sozinho, sem grupo e sem nada, fui lá falar com o pessoal do Banco Central e meti o dedo na cara deles. E falei para o cara: “A culpa é do senhor”. Só que não era o presidente do Banco Central, porque eu também falaria para ele: “A culpa é o senhor, porque se o senhor quiser fazer alguma coisa, basta uma resolução, mais nada”.

Isso ajuda a polícia. Se os deputados conversarem com o delegado-geral, ele falou para mim: “Barone, a geolocalização resolve 90%, porque a gente vai poder pegar o criminoso na hora”. Então é isso, deputado. Não sei se eu deixei de responder a alguma coisa, mas...

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Obrigado, Marcelo, pela presença aqui na CPI. Eu vou começar pelo final da sua fala em relação à questão do crime organizado. Também recebemos o DCCIBER, que é a Divisão de Crimes Cibernéticos (Vozes sobrepostas.)

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Esse do Deic.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Falaram um pouco do trabalho que eles estão fazendo também. E recebemos uma outra equipe também da Polícia Militar que também tem feito esse trabalho. O que nós constatamos no dia é que se percebe que são duas divisões dentro da Polícia Militar que acabam não trabalhando conjuntamente.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Como você também comentou, você está lá na Promotoria de Criminal, mas tem lá dentro do Ministério Público que trabalha com o crime organizado, também não se conversam.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Exatamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Acho que, assim, um dos caminhos que teria para tentar prender um número maior de pessoas seria essa integração entre o Ministério Público, a Polícia Militar, a Polícia Civil e a própria Febraban para que possa ajudar. A Febraban pelo menos colocou aqui que tem essa disposição, como o senhor falou, de estar ajudando. Mas, ao mesmo tempo, a gente percebe que não tem essa mesma vontade com as outras empresas de meio de pagamento.

Esse é um primeiro aceno. Quando o senhor comenta dessa integração, acho que seria um ponto para a eficiência. Nessa linha de integração, existe entre vocês algum banco de dados desses criminosos de crimes virtuais? Vocês já têm um banco de dados desses criminosos de crimes virtuais?

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Deputado, sendo bem sincero, eu, na Promotoria Criminal, não tenho. Não sei se a Polícia Civil tem esse banco de dados. Infelizmente a gente não tem conversado sobre isso. Eu converso pela minha amizade que tenho com os delegados, fui delegado, tenho um relacionamento excelente com a Polícia Civil. Quando eu preciso de alguma coisa, eu ligo direto e não tenho que passar por ninguém. Eu consigo esse relacionamento pessoal.

Agora, sendo bem sincero, deputado, eu não acho que haja esse banco de dados. Até porque é o que eu falei: infelizmente, eles estão entrando muitas vezes primários de bons antecedentes e está entrando molecada como se fosse brincadeira de criança: “Vamos para o sequestro de pix?”. “Vamos”.

Outro caso... Aqui falo de cinco casos aqui de cabeça que eu me lembro. Outro dia pegaram um motorista de Uber três bandidos, em média de 18/19 anos. Pegaram o sujeito na porta da casa de um deles, pediram o Uber na casa de um deles. Olha o... Pediram o Uber.

Quando o Uber chegou, andaram um pouquinho, assalto. Assalto, pararam, estavam passeando com o sujeito e fazendo pix. Motorista de Uber, trabalhador, um senhor simplesinho e tal. Duas meninas, namoradinhas deles, uma maior e outra menor, pararam: “E aí, para aí. O que vocês estão fazendo?”. “Estamos sequestrando um trouxa aí. Quer entrar aí? Entra aí, vamos dar uma volta”.

Entraram no carro. A menor falava: “Dá um tiro nesse trouxa”. E a maior entrou por extorsão mediante sequestro, também vai pegar uma pena razoavelmente alta, porque ela participou - na hora em que entrou, ela viu que ele estava sendo sequestrado.

Então na verdade a gente tem também que pensar o seguinte: nós estamos hoje lidando... A gente fala: “Crime organizado, crime organizado, crime organizado”. Não é tão organizado assim. Talvez a gente não esteja também tão organizado assim, mas eu acho que o crime não está tão organizado, porque é molecada. A molecada está entrando nesse tipo de crime e vai sair... Essa moça vai sair com 30 anos da cadeia.

Porque é o que eu falei, se a lei não tivesse melhorado, ia sair rápido, mas com esse 50% com o crime de arma, melhorou bastante. Agora, eu vejo que a gente precisa realmente se organizar. Eu acho que a gente precisa dar mais mecanismos para a polícia. A gente não pode se esquecer que a polícia é o nosso grande braço, né? O Ministério Público atua com o que a polícia nos traz, né? A Polícia Civil, na investigação, e a Polícia Militar tem feito excelentes trabalhos de prisão.

É o que eu falei, quando eles começam a rodar, os bandidos se apavoram, eles acabam fazendo besteira, e a Polícia Militar consegue estourar o cativo. Mas não é sempre. E a Polícia Civil precisa de um mecanismo... Nós temos bons policiais na Polícia Civil também, mas a Polícia Civil do distrito não tem muito poder de investigação. Então o Deic tinha que estar mais à frente disso.

Eu sei que o Deic trabalha bastante, vira e mexe eles derrubam quadrilhas de pix, só que assim, deputado, vou ser bem sincero, parece aquele filme dos “Gremlins”: você joga água e vai surgindo... Você prende um, surgem mais dez. Por quê? Porque eles veem que é fácil. Só que eles estão vendo que é fácil...

Isso aconteceu em 2001, vou falar uma coisa, lembro-me bem disso. Em 2001, eu me lembro que o pessoal começou a fazer sequestro, achavam que iam entrar nos cinco anos e quatro meses e iam para as ruas. Quando eles começaram a cair na extorsão mediante sequestro, começou a baixar um pouco o número de sequestros. Aí chegou a uma hora em que se diminuiu e caiu.

E neste momento nós estamos em uma fase extremamente alta, só que esta fase está demorando para sair, e a gente precisa fazer alguma coisa, a gente precisa ter um mecanismo. Eu hoje investiria na Polícia Civil, na geolocalização, tanto a Civil quanto a PM ter essa geolocalização fácil. O Banco Central tem que normatizar, e isso basta uma decisão do presidente do Banco Central, não precisa de mais ninguém, ele pode dar uma canetada e resolver o problema, para que todo mundo tenha geolocalização.

Ou então nós podemos entrar com uma ação civil também, isso sim, e obrigar a que ninguém seja mais obrigado a ter pix, também é uma saída. A gente pode fazer o seguinte: “Ó, eu não quero ter pix. Então vamos entrar com uma ação civil pública para que impeça o Banco Central a obrigar a gente a ter pix”. Já que ele não quer fazer a geolocalização, nós fazemos o contrário, nós vamos entrar com uma ação e você vai obrigar o sujeito a... “Eu não quero mais pix”.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Aproveitando ainda a pergunta, concordo com o senhor também em relação ao Banco Central. Vou listar aqui só algumas das associações e das empresas que são responsáveis. Tem aqui a Zetta, que é uma associação criada por empresas de tecnologia com atuação no setor financeiro e meios de pagamento. Dentre elas, os principais associados é Nubank, Caju, Creditas, Ifood, Iugu, Wise, Mercado Pago, Magalu, Nubank, PicPay, Sumup. Aqui só algumas delas.

Aí temos outra associação que junta outro grupo de empresas, a Abfintechs, que é a Associação Brasileira de Fintechs. As principais associadas são: Foregon, We Payments, Fincatch, Inconta Crédito Digital. E eles acabam atuando em diversos setores: meios de pagamento, banco digital, crédito, câmbio, investimento, criptoconomia, seguros, open banking, Agfintech, antecipação de recebíveis, crowdfunding, gestão financeira, multisserviços.

Então só mostrar aqui um pouco de vários serviços que eles fazem, que nós estamos falando de pix, mas essas empresas abrem espaço também para que você possa ter várias outras fraudes também vinculadas à questão de meios de pagamento, vinculados à área de tecnologia. Então quando estamos falando aqui do pix, ele é um pedacinho.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - É um pedacinho. Isso o pessoal do banco falava para mim também.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Eu acho que esse é talvez o mais fácil e mais rápido que está sendo feito, que é uma transferência direta, mas quando a gente vê essas empresas também, muitos dos crimes que são considerados cibernéticos hoje passam também por parte dessas entidades.

Aqui nós temos outras entidades, como a Abecs. Também tem aqui Stone, PicPay, C6 Bank. Nós temos na Ancord, Associação Nacional de Corretoras e Distribuidoras, que aí temos a XP, a Wflow, a Rico, a Guide.

Tem Abcripto, que é a questão da criptomoeda, que é a KPMG, Deloitte, 99Pay, Foxbit, Travelex Bank e etc. Então só estou reforçando aqui... O mesmo quando você pega na IDV, que é o Instituto de Desenvolvimento de Varejo. Nós temos aqui a Americanas, Magazine Luiza, C&A, Netshoes, C&C, Leroy Merlin. Temos aqui Ifood, Uber, Amazon, 99, Zé Delivery...

Tudo isso aqui, se a gente pegar essas empresas, de alguma forma elas acabam, até pela questão da tecnologia... Eu não estou falando da empresa...

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Tá.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Eu estou colocando que são empresas hoje que acabam sendo vulneráveis a esse tipo de crimes. Então eu acho que

quando o senhor comenta do Banco Central, está correto, porque a regulamentação dessas empresas, todas elas... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Todas passam... (Vozes sobrepostas.)

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - De alguma forma deveria passar pelo Banco Central. E na prática, o que passa pelo Banco Central efetivamente são só os bancos.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - É.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Todas as demais empresas que hoje fazem transação financeira hoje não estão sob a regulamentação do Banco Central. Então mesmo a normatização que o Banco Central faça, vai recair só em relação aos bancos, não recai em relação a esse conjunto de empresas.

Então quando ele fala da regulamentação do Banco Central ter uma posição mais efetiva, é tentar regular todo esse sistema de meio de pagamento para diminuir um pouco esses crimes. Que muitas vezes acaba acontecendo um crime a partir de uma compra que você faz pela internet e você tem ali a sua vida exposta não só em relação a uma empresa que nós temos do varejo, mas vai abrindo a possibilidade de você ter crime cometido em outras áreas a partir da informação que você passou pela internet.

Então acho que o que o senhor está comentando sobre o pix está correto, acho que essa questão do georreferenciamento é um modelo para tentar inibir ou para garantir que os casos de sequestro possam ser resolvidos. Mas falando do pix não é só o caso do sequestro. Quando se fala em georreferencia, você tem muitos casos hoje do pix que não são mediante sequestro. É só a transferência para uma outra empresa, um outro banco... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - E mexe com milhões. Então o georreferenciamento, acho que é uma referência. O Banco Central tem que fazer um outro tipo de regulamentação, é importante, mas não só em relação aos bancos, pensar em um formato de resolução.

Quando o Banco Central fez a resolução... Acho que foi em 92... Ele fez uma - não, em 2002 - regulamentação para autorizar os correspondentes bancários. E quando ele autorizou o correspondente bancário, ele abriu a possibilidade de muitas empresas que não faziam serviços bancários passaram a fazê-los por essa regulamentação. Então se você pegar farmácia, lotérica... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Exatamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Supermercado, as lojas de departamento. Passaram a ser autorizados, além de correspondentes bancários diretos, passaram a ter uma possibilidade de poder fazer transação bancário-financeira sem ser banco. Mas foi o Banco Central que fez a regulamentação.

Hoje você tem todas essas empresas e associações, que hoje fazem esse serviço de meios de pagamento e não tem uma regulamentação efetiva. Então acho que um dos caminhos também é o Banco Central regulamentar esse conjunto de empresas e não vai acontecer, como o nobre deputado Rômulo falou, você poder abrir uma conta em dois minutos por um aplicativo que você nem sabe quem é que está na outra ponta.

Se tem um problema, você não sabe nem com quem você vai falar depois dessa conta aberta e depois que essa conta, de alguma forma, foi fraudada.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Exatamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Então eu estou falando tudo isso para corroborar com a sua posição, porque acho que o Banco Central tem que ser questionado, tem que ser arguido, tem que ser cobrado, porque não dá para ficar uma regulamentação apenas em relação aos bancos e todas essas empresas não terem nenhum tipo de regulamentação.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Deputado, só lembrando agora, o senhor estava falando, e eu estava pensando em uma coisa aqui. Eu me lembro de uma época em que a gente tinha o sequestro para o caixa-eletrônico. Houve um auge de sequestros no caixa eletrônico, o sujeito ia ao caixa-eletrônico e sacava. Até pensei naquela época em uma ação civil pública...

Porque é muito fácil jogar: “A culpa é do Estado, a culpa é do Estado, a culpa é da Segurança Pública, a culpa é do Estado”. Só que a culpa do Estado é relativa, porque quando você dá o mecanismo para o teu cliente, você tem que dar a segurança para ele. Você não pode dar o mecanismo sem dar a segurança.

E eu me lembro que na época - eu não era promotor aqui em São Paulo ainda -, cogitei entrar com uma ação civil pública para obrigar o banco a colocar vigia nos caixas-eletrônicos. E eu acho que o caminho hoje é a gente ir ao Banco Central exigir que ele comece a tomar atitudes para que dê segurança aos seus clientes.

Porque o que nós estamos vivendo hoje: “Ah, facilidade, facilidade”. Facilidade para quem? Facilidade para os bandidos? Que facilidade é essa em que você perde seu patrimônio, você é vítima de um sequestro, você fica em cativeiro, você é submetido a sevícias, apanha? Que facilidade é essa? Quem está dando essa facilidade?

Quer dizer, eu estou te dando a facilidade, mas eu não estou te dando a segurança. É a mesma situação do caixa-eletrônico. Eu tinha lá o caixa-eletrônico 24 horas, só que eles não botavam segurança na porta do caixa-eletrônico. Então eu acho que está na hora de a gente ir para cima de quem realmente... (Vozes sobrepostas.)

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - É o responsável.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Tem que ter responsabilidade, que é o Banco Central. E esses pagamentos, realmente, efetivamente, o Banco Central tinha que ter responsabilidade, porque todo mundo abre, faz o pagamento, está tudo certo. Quer dizer, aí vem as fraudes, a pessoa toma prejuízo e fica por isso mesmo.

Agora, é claro que o pix e esse sequestro que estou falando é o que está pegando hoje, porque realmente as pessoas estão apanhando, sofrendo sevícias, ameaça de estupro, vítimas até estupradas... Então é um caso muito grave que está acontecendo em São Paulo, e a gente precisa realmente tomar uma atitude séria e ir para cima mesmo dessa criminalidade.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Só para aproveitar, deputado Altair, só rapidamente, só para depois ficar aí (Inaudível.) acompanhar também, os bancos estão voltando agora a tirar os seguranças dos caixas-eletrônicos. Foi uma luta lá atrás do

Ministério Público, uma luta lá atrás dos sindicatos na época conseguir garantir vigilantes nos caixas-eletrônicos.

Tem até uma resolução do Ministério da Justiça que determinada que tinha que ter vigia nos caixas-eletrônicos. Agora os bancos, além de tirarem as portas giratórias, também vão tirar os vigilantes. Então já passando ao senhor aí que com certeza daqui a pouco vai a ter... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Vai começar a voltar o roubo, exatamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Nos caixas eletrônicos. Desculpe, deputado Altair.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Obrigado, deputado Luiz Claudio Marcolino. Com a palavra, o nosso relator, deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Presidente, cumprimentar aqui o Dr. Marcelo Barone, que eu já o conheço há um bom tempo, um grande amigo...

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - (Inaudível.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Muita consideração. O Dr. Renato Kim, também outro grande amigo, né? O Caio também, faz tempo que não o vejo. Mas a gente vai basear o nosso relatório, presidente, acima de todas as coisas que a gente ouviu aqui, não tem nem como ser um relatório tão pequeno aqui, porque as oitivas, que foram grandes, de muitas pessoas e de muita valia.

Mas penso que duas coisas muito importantes a gente tem colocado no relatório, que foram sugeridas. Uma delas eu já tinha pensado nisso, Dr. Barone, sobre a regulamentação do Banco Central. Mas confesso que não tinha pensado ainda na geolocalização.

Então por isso que é bom a gente fazer as oitivas para a gente ter pessoas do gabarito do senhor e de outros que vieram aqui para nos dar uma luz no que a gente pode colocar. Então agradeço a presença de vocês aqui. Nós vamos fazer um relatório muito consciente, muito bem-elaborado, de várias mãos, ouvi o deputado Marcolino e outros que estão aqui também dando boas sugestões.

Peço aos deputados que se tiverem sugestões, mandem para a gente, por favor. O senhor também, doutor, tem toda a liberdade, por favor. Peço o apoio de pessoas experts no assunto, como é o senhor, para nos mandar e nos fortalecer também nesse relatório. E claro, nós precisamos fazer uma ação pública diretamente, porque não dá para ficar aqui enxugando gelo, né?

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Sim.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Enquanto a gente está aqui sentado, o crime está acontecendo.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Exatamente.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Enquanto a gente está aqui discutindo, tem pessoas sendo fraudadas, né? E realmente, o Banco Central tem sim que ser responsabilizado por isso. A gente não pode aceitar que o Banco Central venha afrouxar a corda em uma coisa que está tão séria, entendeu?

Então a gente vai fazer um relatório aqui muito bem-elaborado. Peço colaboração do senhor e de outros também, dos deputados que tiverem, o pessoal da Mesa, o meu pessoal do jurídico também está trabalhando muito.

E eu espero que esse relatório, assim estando pronto e feito, a gente vai disponibilizar para os deputados, vai disponibilizar para o senhor também, doutor, para que o senhor dê uma revisada nele, para que a gente faça uma coisa muito consciente e com várias mãos de pessoas capacitadas. É isso.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Deputado, obrigado, viu? Eu que agradeço, conheço o deputado já há um tempo também, é nosso amigo. E eu queria dizer o seguinte: Eu estou à disposição. Tudo que for para ajudar a população, for ajudar o povo... Porque a gente vê esse povo sofrendo, gente humilde sendo sequestrada.

A gente pensa: “Ah, é o pessoal rico”. Não, qualquer um está “sequestrável” hoje em São Paulo. Qualquer um saindo daqui pode ser sequestrado, cair em um cativo e ser obrigado a fazer um pix ou ser obrigado a fazer uma transferência. E a gente precisa... Falei que daqui a pouco é melhor a gente voltar aos tempos da pedra, que era mais seguro.

Pelo menos a gente voltava ao tempo do cheque, era um pouco mais seguro. Porque do jeito que está hoje, realmente vai ficar inviável esse convívio social.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pensei, Dr. Barone, não sei o que o senhor acha disso, que todo mundo tem uma senha, né? No meu prédio tem isso, não sei se no do senhor tem, de alguns têm também, de alguns prédios que têm tanto reconhecimento facial como digital tem a senha do alarme, que a gente mostra que não está legal, né?

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Exatamente.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Tem alguns sinais que se dão, né? No meu prédio, tem uma senha que a gente coloca que é a normal, que abre o portão, mas se se digita alguns números a mais, o portão abre, mas se entende que há risco ali. Penso que o Banco Central poderia fazer uma coisa tipo essa, entendeu?

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - (Inaudível.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Tem uma senha, ok, mas tem uma senha: “Olha, essa aqui é a senha de emergência, essa aqui é a senha do cuidado, essa aqui é a senha...”.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - E aí o... (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - E aí sim, com a geolocalização liberada... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Exatamente.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - A pessoa mostra... Ele põe a senha, liberou, ok, mas: “Olha, eu estou sendo clonado, estou sendo roubado, estou sendo extorquido”.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Exatamente.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Ele põe aquela senha, o Banco Central imediatamente já joga para a polícia onde tem que... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - E até, já que o deputado deu essa ideia, surgiu-me uma ideia também o seguinte: o cara quer transferir cem mil na conta, quando você colocou aquela senha, o banco já sabe que aquela... É que o problema é o que eu falei, os bancos grandes não têm problemas com isso, o problema são as 900 instituições.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Sim, fintech, todas essas.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - É. Mas se você pusesse aquela senha, já era uma prova de que você estava sequestrado, e o máximo que se transferiria era X. “Mas não sei o que aconteceu, o banco só está transferindo, a culpa...”. O bandido também... Entendeu? O cara... Bom, apesar de que tudo bem que isso vai ser descoberto depois, os bandidos vão acabar sabendo também. Mas tem que ter algum mecanismo, deputado. Eu também... Sinceramente a gente quebrou a cabeça, pensamos... (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - É, porque se coloca uma senha mostrando que a pessoa está sequestrada, o banco teria que ter algum mecanismo de como se fosse enviar para alguma conta...

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - É.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Sem ter feito. Não sei. Entendeu?

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - É, exatamente, isso a gente já conversou. Aparece na conta, mas estorna em seguida.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Isso, exatamente.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Essa talvez fosse uma saída excepcional, porque aí o bandido se conforma... (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Conformar-se, está aí, o pix foi feito.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - E aquele dinheiro não sai efetivamente e retorna para a conta em 24 horas.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Exatamente, é isso que eu estava pensando.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - E aí você precisa ter as instituições todas... (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Se fizer uma coisa dessas, eu vou propor isso no relatório... (Vozes sobrepostas.)

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Aí sim. Porque veja, eu não sou contra o pix. O único problema é o seguinte... (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Afetou a vida de muita gente.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - É. Mas eu não posso jogar um mecanismo que vai colocar todo mundo em perigo, todo mundo em risco.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - É isso.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Sendo que, pela relação de consumidor, eu tenho que dar o suporte para aquela pessoa que está usando um benefício. (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Não posso dar o remédio e o veneno ao mesmo tempo, né?

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Exatamente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - É só, Altair, combinar que, assim, não pode ser 24 horas, porque cai em uma conta e transfere para outra.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Sim, sim, sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Acho que, faz a transferência e depende do valor que tem, não pode ser transferido no período de duas horas, três horas...

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Isso, isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Aí você consegue fazer essa operação. (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Com a geolocalização, dá tempo de chegar nos camaradas. Muito bom, muito bom.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - É uma ideia. E aí a gente precisa chamar o Banco Central e falar: “Olha, escuta, não estamos pedindo nada demais”.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - É, é isso aí.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - O que nós estamos pedindo? Deputado, o que nós estamos pedindo? Que eles deem segurança.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Segurança, só isso.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Não estamos pedindo para fechar o Banco Central, não estamos pedindo para acabar com o pix, não estamos pedindo para fazer nada errado. Estamos pedindo para fazer o quê? Eu quero que o senhor me dê... (Vozes sobrepostas.)

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Colocar mais chave de segurança, porque eu não acho que está acontecendo.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Exatamente.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - É isso.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Perfeito. Concluídas as perguntas, eu passo a palavra para o Dr. Barone para fazer as suas conclusões finais.

O SR. MARCELO LUIZ BARONE - Obrigado, deputado. Eu queria só agradecer. Agradecer aos deputados. Esse é um assunto que eu acabei me envolvendo, o Kim Tornato sabe, o Dr. Cosenzo sabe, o Cosenzo é nosso amigo. Eu estou na Barra Funda, como disse, há muito tempo e eu sempre me envolvi em todas as questões. Black Blocs, estava eu lá envolvido, crimes graves, estava eu lá envolvido, estou aqui de novo no pix. Não precisa nem me chamar que eu vou.

Então é aquela história: a gente vai porque a gente quer fazer alguma coisa para mudar esse jogo, né? Eu faço a minha parte, deputado, enxugo gelo, condeno lá o sujeito a 25, 26, recorro para aumentar a pena dele para 30, faço meu papel, mas eu quero fazer mais do que isso.

Então a gente precisa fazer mais, a gente precisa estar juntos. Aqui esta Casa é a Casa do povo, aqui a gente tem um bom relacionamento com todos os nossos deputados aqui. Graças a Deus, o Ministério Público sempre se relacionou muito bem aqui com a nossa Alesp e eu estou, tenho certeza de que estaremos cada vez mais presentes aqui com vocês.

Estou à disposição para o que precisarem e vou estar ajudando vocês no que precisarem. E se precisar comprar briga com quem for que seja, estou junto para ir brigar junto, está bom?

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Boa. Obrigado, doutor.

O SR. PRESIDENTE - ITAMAR BORGES - MDB - Obrigado, Dr. Barone. Obrigado aos colegas deputados, às nossas assessorias, à secretaria da Casa, ao Dr. Caio e também e ao Dr. Renato, do Ministério Público, em especial ao Dr. Barone, estendo o nosso cumprimento, e um abraço ao Dr. Cosenzo também.

Tikinet Edição Ltda.

Está encerrada a nossa reunião já convidando, às 14 horas do dia 5, para a apresentação do relatório. Boa tarde e muito obrigado.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *